



Publicado no D.O.1 n° 29.109  
de 16/12/99, à 13  
do 2º caderno.

**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

**RESOLUÇÃO Nº 6.014**

O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em sessão plenária realizada no dia 09 de dezembro de 1999,

Considerando o disposto no artigo 71, § 5º da Constituição Estadual;

Considerando a competência desta Corte de Contas, consoante dispõe o artigo 23 da Lei Complementar nº 25/94 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará);

Considerando que referida Lei determina, em seu artigo 30, Inciso II, que as Prefeituras, Câmaras, Autarquias e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público devem encaminhar a este Tribunal até trinta (30) dias após encerrado o trimestre Balancetes trimestrais e até o dia 31 de março do ano subsequente ao exercício encerrado o Balanço Geral;

Considerando que esses prazos já se encerraram sem que vários Prefeitos, Presidentes de Câmaras e Dirigentes de Autarquias e Fundações tenham cumprido com essa determinação legal com referência às prestações de contas dos exercícios financeiros de 1997 e 1998;

Considerando que a não prestação de contas nos prazos legais implica em declarar os administradores municipais em débito com o dever de prestar contas na correta aplicação de dinheiro público;

Considerando que o Egrégio Plenário desta Corte através das Resoluções nº 5.538 e nº 5.847 determinou a instauração de Tomadas de Contas nos órgãos inadimplentes da Administração Municipal;

Considerando também que a adoção do procedimento em referência vem esbarrando sistematicamente na resistência de alguns administradores que sonegam documentos e informações e igualmente de Instituições Bancárias que estão recusando o fornecimento de extratos bancários, necessários a verificação das contas;

Considerando proposição apresentada pelo Exmo. Sr. Conselheiro Presidente na sessão desta data, aprovada por votação unânime, conforme consta da Ata da sessão.

RP



Publicado no D.O.E. n.º 29.109  
de 16 de 12 de 99, à p. 13  
do 2º caderno.

**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

**RESOLUÇÃO Nº 6.014**

**RESOLVE:**

I - Determinar aos Auditores que encerrem a instrução dos processos de prestações de contas de Prefeituras, Câmaras e demais órgãos Municipais referentes aos exercícios financeiros de 1997 e 1998;


II - Os processos a que se refere o item I desta Resolução que contiverem irregularidades ou que estejam com documentação incompleta, deverão ser encaminhados à Secretaria-Geral, que providenciará a citação do responsável para apresentação da competente defesa;

III - Apresentada ou não a defesa, os processos após a citação, retornarão ao Auditor, para elaboração do relatório conclusivo, encaminhando-se, em seguida, à audiência do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas dos Municípios;

IV - Qualquer que seja a situação constatada, os processos a que se refere esta Resolução serão apreciados e, ou julgados no estado de fato em que se encontrarem, observado o que dispõe os artigos 50 a 54 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas dos Municípios e os resultados destas decisões serão imediatamente encaminhados ao Governador do Estado, Presidente da Assembléia Legislativa, do Tribunal de Justiça e Procuradoria Geral de Justiça;

V - Encaminhar cópias desta Resolução às Prefeituras e Câmaras Municipais e Órgãos das Administrações Diretas e Indiretas Municipais para as providências de suas alçadas.

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 09 de dezembro de 1999.

  
Conselheiro **Ronaldo Passarinho**  
Presidente